



Foto: Thiago Gaspar

Caminhada pela Enfermagem, organizada pelo Coren-CE, apoiada pelo SINTUFCE e outras entidades sindicais, realizada no último dia 31 de maio, na Avenida Beira-Mar.

GREVE

A LUTA CONTINUA, RUMO À VITÓRIA!

A greve nacional dos técnico-administrativos das Instituições Federais de Ensino Superior durou quase 100 dias, abrangendo 38 universidades federais. No Ceará, os trabalhadores da Universidade Federal do Ceará (UFC) e da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) abraçaram a luta, rumo também a conquistas locais. Confira os ganhos dos trabalhadores.

PÁGINA 3

30 horas



Comissão avança nos trabalhos para a implantação da nova jornada dos servidores da Saúde.

PÁGINA 6

Curso Pré-Enem do SINTUFCE



Iniciado o preparatório Intensivo para o Enem 2014. O cursinho oferta uma equipe qualificada de professores, plantão tira-dúvidas, laboratório de Redação, aulas e simulados.

PÁGINA 9

Arraiá das 30 horas na Casa de José de Alencar



A festa uniu a celebração de uma conquista histórica dos trabalhadores, a prática da solidariedade e a oportunidade de reencontros.

PÁGINA 10

MISSÃO

O SINTUFCE tem como missão desenvolver continuamente políticas estratégicas de negociações pelos direitos da categoria, representando, perante as autoridades administrativas e jurídicas, os interesses gerais da classe e os interesses individuais de seus sindicalizados.

VISÃO

Ser referência nas conquistas em defesa do ensino público, gratuito e de qualidade, por sua atuação responsável e eficiente no âmbito de sua abrangência, protegendo o meio ambiente e melhorando a qualidade de vida da classe trabalhadora.

VALORES DO SINTUFCE

Ética, credibilidade, cidadania, inovação, tecnologia, inclusão social, qualidade de vida e responsabilidade.

EXPEDIENTE

Informe do Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Federais no Estado do Ceará (SINTUFCE). Gestão Vamos à Luta com Ética e Transparência - TRIÊNIO 2014-2017 | ANO 1 | Julho 2014 | N° 01. • DIRETORIA COLEGIADA DO SINTUFCE - COORDENAÇÃO GERAL: Keila Maria Pereira Camelo, José Raimundo Soares da Silva e Telma Araújo do Nascimento - COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS: Djalma Siqueira Pereira e Maria de Lurdes Souza - COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E IMPRENSA: Maria Auxiliadora de Sousa Reis e José Almiram Rodrigues - COORDENAÇÃO DE FORMAÇÃO SINDICAL: Geraldo Ferreira dos Santos e Joselito Alves de Oliveira - COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA: Adeli Gomes Moreira e Raimunda Heveline Ribeiro Quirino - COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS: Maria Áurea da Silva e Antonia Maria Mata Rodrigues - COORDENAÇÃO DE ASSUNTOS JURÍDICOS, CARREIRA E RELAÇÕES DE TRABALHO: Francisco Admir Ferreira de Lima e Paulo Anderson Santiago Saraiva - COORDENAÇÃO DE ESPORTE E LAZER: Manoel Rodrigues dos Santos e Ana Paula de Alcântara Silveira - COORDENAÇÃO DE APOSENTADOS, PENSIONISTAS E ASSUNTOS DE APOSENTADORIA: Maria Marlene de Paula Neves e Luzia Carvalho Nobre - COORDENAÇÃO DE CAMPI AVANÇADO: Fernando Antonio Gadelha Pereira e Francisco José Gomes - SUPLENTE: Elda Pontes de Araujo Fernandes, Cláudio Rogério Carneiro Pimentel, Maria do Carmo Neta e Antonio Clécio Saraiva da Silva - CONSELHO FISCAL: Izabel Cristina Ribeiro Gonçalves de Medeiros, Marcelo da Costa Miranda e Francisco Sampaio Uchôa - SUPLENTE: Maria Izabel Eloy de Oliveira Sena, Emanuel Abreu da Silva e Cláudio Frota de Araújo. • www.sintufce.org.br • twitter: @sintufce • facebook.com/sintufce • E-mail: faleconosco@sintufce.org.br • Jornalista responsável: Luciana de Paula (2794 CE JP) • Concepção Gráfica e Editoração Eletrônica: Francisco Batista • Fotos: Arquivo do SINTUFCE, Luciana de Paula, Adeli Moreira e Arlindo Barreto • Ilustrações: Jonas Barbosa • Impressão: Global Gráfica • Tiragem: 3.000 exemplares • Telefones úteis: central de atendimento 3052.3650 - cursinho 3052.3660/61 - fax 3052.3651.

Editorial



No momento em que nos apresentamos aos trabalhadores da Universidade Federal do Ceará (UFC) como Diretoria Colegiada eleita para o triênio 2014-2017, vimos agradecer os votos recebidos, na certeza de que iremos honrar a demonstração de confiança e apoio dados a essa nova direção. A chapa vencedora, composta pelo grupo político **Vamos à Luta** e por **integrantes independentes**, que sob a égide da ética e da transparência venceram as eleições, está ciente da sua responsabilidade na condução político-administrativa do nosso querido SINTUFCE. Não representamos, isoladamente, grupos políticos, agora, somos uma diretoria colegiada com os mesmos propósitos de luta.

A Diretoria Colegiada está unida, coesa, disposta a realizar um grande trabalho em prol dos nossos filiados e não filiados, com responsabilidade, planejamento, estudo, e a participação de todos que almejam um sindicato forte e eficaz. Apesar de, já no início de gestão, nos depararmos com uma greve deflagrada pela FASUBRA, encaminhamos, com competência, a luta dos trabalhadores da UFC e iniciamos o nosso movimento paredista, o qual constituiu-se no primeiro ato político vencedor enfrentado por essa diretoria colegiada e referendada pela assembleia geral realizada no dia 10 de abril de 2014.

Vencedores, por termos conquistado, em nível local, uma vitória maiúscula que há tempo vinha sendo travada pelo movimento e que hoje se tornou uma realidade - a implantação da jornada de trabalho de 30 horas, sem redução de salário. Primeiro, para a quase totalidade dos setores do complexo hospitalar (HU e MEAC), fruto do trabalho competente da comissão idealizada pela direção atual e aprovada pela gestão superior da UFC. Comissão essa, instituída pela Portaria nº 011 de 16 de maio de 2014, do Superintendente dos Hospitais Universitários da UFC/EBSERH, formada pelos trabalhadores e trabalhadoras - Keila Camelo (coordenadora geral do SINTUFCE), Rita de Cássia Araújo, Rita Paiva Pereira Honório, Josenília Maria Alves Gomes, Carlos Augusto Alencar Junior, Claudia Regina Fernandes, Maria Airtes Vieira Vitoriano, Francisco Edson Lucena Freitas, Hannah Iório Dias, Francisca Miranda Lustosa, Simone Maria Pinheiro Meireles, Julyanne Torres Frota, Luciana Freitas Fernandes.

Segundo, para o restante da Universidade, através de uma outra comissão, pela Portaria nº 2193 de 27 de junho de 2014, idealizada também pela diretoria recém eleita, formada pelos companheiros José Raimundo Soares da Silva e Telma Araújo do Nascimento (coordenadores gerais do SINTUFCE) e demais membros Camila de Souza Aquino e Marlon Bruno Matos Paiva (representantes da PROGEP/ UFC), Davi Romero de Vasconcelos e Sandro Thomaz Gouveia (representantes das Unidades Acadêmicas da UFC), Francisco Ferreira Neto e Adenia Maria Augusto Guimarães (representantes das Unidades Administrativas da UFC) - para realizar estudo de viabilidade de implantação das 30 horas nos demais setores da UFC que atendam as prerrogativas do Decreto 4.836/ e 1.590/ e a Lei 8.112/90.

Vencedores, pela idealização da primeira comissão formada para o estudo e desenvolvimento do programa de capacitação e qualificação dos técnico-administrativos da UFC, cuja composição é formada pelas coordenadoras de Educação e Cultura do SINTUFCE - Adeli Gomes Moreira, Heveline Ribeiro Quirino, Daniele Cirilo, Teresa Cristina (PROGEP), Jacqueline Ramos, Yangla Kelly Oliveira (PROGRAD), Waltenússia Maia e Elias Andrade (PRPPG), que têm a missão de resgatar e aplicar o que reza o nosso Plano de Carreira (PCCTAE - Lei 11.091/2005 e decretos 5.824 e 5.825/2006), no que se refere a formação de cursos de capacitação (cursos não formais) e de qualificação em nível de mestrado e até doutorado tendo em vista o desenvolvimento da nossa carreira.

O nosso trabalho está apenas começando. Muita coisa está por ser feita. A sede social, um dos maiores sonhos realizados pela categoria, está em vias de ser preparada para receber melhor os nossos companheiros de luta, com a criação de espaços multifuncionais (sala para dança, coral, biblioteca, convivência, reuniões, capacitação etc). Tudo isso será feito com a continuação de um rigoroso controle de gastos das contribuições dos associados.

Essa é a nossa marca. Esse é o nosso jeito de trabalhar: com afinco, responsabilidade, honestidade, transparência e com o desejo de acertarmos, objetivando promover o bem estar e a qualidade de vida da nossa valiosa categoria.

A vocês o nosso muito obrigado!
Diretoria Colegiada do SINTUFCE

A LUTA CONTINUA, RUMO À VITÓRIA!



Protesto realizado pelos servidores, no último dia 19 de maio, em frente à Reitoria da Universidade Federal do Ceará (UFC), para cobrar do Governo Federal uma mesa de negociações

A greve nacional dos técnico-administrativos das Instituições Federais de Ensino Superior durou quase 100 dias, abrangendo 38 universidades federais. No Ceará, os trabalhadores da Universidade Federal do Ceará (UFC) e da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) abraçaram a luta, rumo também a conquistas locais. Entretanto, face a crescente adesão e resistência da categoria ao longo dos dias, o governo resolveu judicializar a greve dos trabalhadores, na tentativa de criminalizar a paralisação.

O Supremo Tribunal de Justiça (STJ) qualificou abusivo o movimento de greve, atendendo a requerimento das universidades federais do país, em decisão datada de 17 de junho de 2014, assinada pelo ministro do STJ Napoleão Nunes Maia Filho. A liminar deferida determinou que os servidores públicos retornassem imediatamente às suas atividades e se abstivessem de realizar qualquer paralisação, sob risco de imposição de multa diária de R\$ 200.000,00 em caso de descumprimento da ordem judicial, além de outras sanções.

Em resposta à orientação da Assessoria Jurídica do SINTUFCE e da própria Fasubra - conforme relatório enviado pelos delegados do Ceará no Comando Nacional de Greve - a categoria decidiu cessar a paralisação em Assembleia Geral realizada no último dia 18 de junho.

GOVERNO INESCRUPULOSO



Protesto no cruzamento das avenidas Treze de Maio e da Universidade realizado pelos técnico-administrativos no dia 14 de maio de 2014

O que o intransigente governo do PT não esperava era que a justiça - finalmente - acordasse para reconhecer o direito de greve e a consequente necessidade da abertura de uma negociação entre as partes envolvidas. A Federação de Sindicatos de Trabalhadores de Universidades Brasileiras (Fasubra) impetrou embargos declaratórios argumentando contradição na liminar que determinou o fim da paralisação os servidores, ao reconhecer o direito de greve e proibir o seu exercício, destacando que, embora a decisão exija da Administração a aceleração do diálogo, não trouxe elementos eficazes para realmente trazer o governo às negociações.

Em resposta, em 25 de junho, o ministro do STJ Napoleão Nunes de Maia Filho despachou nova decisão. O assessor jurídico do SINTUFCE, Clóvis Renato, explica que "o fato é que o processo de judicialização, promovido pela AGU solicitando ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) a abusividade da greve, também exigiu do governo abertura de diálogo para solução do impasse. Para o lado do governo a coisa ficou pior, quando do embargo de declaração, momento em que é ouvida a Fasubra-Sindical, através de seus advogados, que teve despacho expresso pelo Ministro Napoleão Nunes Maia, firmando que a reunião governo e federação deve ocorrer, caso contrário a liminar será cancelada". Dessa forma "o que seria um final melancólico (para a greve), pelo contrário, terminou com um aceno de esperanças para a categoria no sentido de arrancar um diálogo (negociação) com o governo", comemorou.

No dia 1º de julho, foi realizada reunião entre FASUBRA, MEC, Sindicato nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE), Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e Advocacia-Geral da União (AGU), que tratou da retomada das negociações da pauta de reivindicações. As reuniões continuam sendo realizadas. A avaliação, é de que, além das pautas locais, agora há a perspectiva real de ganhos nas reivindicações nacionais.

UFC

O SINTUFCE teve conhecimento de Memorando despachado pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP), direcionado aos gestores da UFC, datado de 25 de junho de 2014, tratando do registro de frequência dos servidores. Dentre outros pontos, o documento referiu-se ao período em que os trabalhadores aderiram à greve nacional. O comunicado dizia "no que tange ao registro e gerenciamento das ausências no período de 15.04.2014 a 20.06.2014, informamos que a matéria será objeto de comunicação específica", abrindo margem para a interpretação de que a UFC cogita impor faltas de greve aos trabalhadores.

A decisão do STJ, entretanto, é clara: "proíbo que sejam efetuados quaisquer descontos nas folhas de pagamento dos Servidores Públicos referentes aos dias computados como de greve, bem como que sejam anotados os respectivos dias como faltas injustificadas", decidiu o Ministro do Superior Tribunal de Justiça. O SINTUFCE enviou comunicado à Progep, reforçando sobre a ordem judicial e alertando a universidade para o seu cumprimento.

UNILAB

Na Unilab, em assembleia extraordinária realizada no dia 20 de junho, no Campus da Liberdade, em Redenção - Ceará, os técnico-administrativos decidiram por unanimidade retomar as atividades no próximo dia útil, mediante a decisão da justiça em declarar a greve abusiva. A decisão foi tomada após o SINTUFCE ser notificado da judicialização da greve.

O coordenador de Administração e Finanças do SINTUFCE, Djalma Siqueira,



Muitos servidores na Unilab trabalham em condições precárias, exercendo suas funções em estruturas improvisadas

apresentou de forma panorâmica, aos presentes à plenária, os pontos de discussão em que se avançou na última reunião ocorrida com a Reitora da Unilab. “Ele citou o encaminhamento do relatório da comissão dos turnos contínuos, a retirada dos containers, a disponibilização do banheiro da sala dos professores para todos os técnicos e a não existência de vedação legal de técnico administrativo em participar em mestra-do acadêmico”, conforme consta na Ata da Assembleia.

Para a servidora Dayanna Scarcela, só o fato de terem construído e apresentado uma lista de reivindicações à Reitoria já foi válido para essa greve. A avaliação dela foi reforçada na fala dos demais, que reforçaram que a negociação continua, não cessa com a greve.

A coordenadora de Educação e Cultura do SINTUFCE, Adeli Moreira, disse se sentir orgulhosa por ver a força e a união local na greve. Ela realçou que se deve sempre cobrar a efetivação do discurso que diz valorizar os TAE's. Adeli destacou ainda a importância da conquista dos espaços coletivos, a exemplo do Consuni.

Na luta local, os trabalhadores na Unilab pedem a implementação da jornada de trabalho de 30 horas, sem redução salarial, para manter a universidade aberta nos três turnos; o fim das terceirizações, com a realização de mais concursos públicos para técnico-administrativos; medidas contra o Assédio Moral; melhores condições de infraestrutura para o trabalho; a não admissão da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebsrh) como administradora do futuro hospital; derrubada da resolução que proíbe afastamento/redistribuição em estágio probatório; construção de espaço de descanso, lazer e convivência para os intervalos de trabalho; e eleições diretas para Reitor(a).

No total, são 100 trabalhadores técnico-administrativos em Redenção, nas funções de secretários(as), bibliotecários(as), assistentes em assuntos educacionais, dentre outros cargos. Muitos deles, trabalhando em condições precárias, exercendo suas funções em estruturas improvisadas. A luta continua!

Certificados da UVA



Reunião realizada no último dia 14 de julho, na sede do SINTUFCE, com os servidores com certificados da Uva

Acerca do “Reconhecimento da Progep aos certificados dos cursos de especialização da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)”, a Reitoria acolheu o pedido do sindicato de garantir o benefício

aos servidores que já tinha feito o curso, com a ressalva de complementação de estudo, sob a responsabilidade e custeio da UFC.

Para tratar do assunto, o SINTUFCE realizou, no último dia 14 de julho, uma reunião com os técnico-administrativos da UFC que deram entrada na Comissão de Avaliação de Certificados e Títulos (CATC) da PROGEP/UFC solicitando o incentivo à qualificação e tiveram seus pedidos negados (segundo parecer da Procuradoria e Comissão de Avaliação e Título da PRPPG/UFC).

Por decisão unânime dos presentes, foi escolhida a alternativa de judicialização da questão. Por essa razão, todos os técnico-administrativos que se enquadram na mesma situação, e que queiram resolvê-la da maneira escolhida pela maioria, deverão entregar a cópia do seu processo na secretaria do SINTUFCE. Os devidos encaminhamentos serão dados pelo setor jurídico do SINTUFCE, aos cuidados dos advogados Dr. Clóvis Renato e Dr.Thiago.

Os diretores do SINTUFCE responsáveis pelo acompanhamento dessa ação serão o José Raimundo (coordenador Geral), Maria de Lurdes (coordenadora de Administração e Finanças e membro da Comissão Interna de Supervisão da Carreira - CIS), Antonia Maria Rodrigues (coordenadora de Políticas Sociais e membro da CIS) e Djalma Siqueira (coordenador de Administração e Finanças e membro da CIS).

70-15-15

A paridade no processo eleitoral da escolha do reitor e diretores de centros e faculdades também compôs a lista de reivindicações enviada à Reitoria. Em resposta, por meio do ofício, o Reitor manteve a defesa de que, “havendo o consenso da comunidade universitária, representada pelo DCE, SINTUFCE e Adufc, a proposta será pautada com o apoio do Reitor em reunião do Consuni”. Outro compromisso assumido pelo professor Jesualdo Farias foi a ajuda de diárias e passagens para apresentação de trabalhos acadêmicos dos servidores técnico-administrativos em educação da UFC (mestrados e doutorados). “A Reitoria definirá princípios e premissas, além de orçamento e diárias e passagens para atender a essa reivindicação do SINTUFCE, naquilo que não puder ser atendido pelo Programa de Apoio à Pós-Graduação (Proap)”, informou o Reitor no documento.

O ponto “Fim à perseguição e criminalização da luta - Democratização, já!” é mais um que recebeu a devida atenção. “O assunto será mais uma vez tratado em reunião da equipe e os casos que forem apresentados através de denúncia, com as devidas comprovações, serão tratados com rigor”, destacou Jesualdo Farias por meio do ofício.

Reitoria da UFC oficializa compromisso com soluções às pautas locais da greve dos técnico-administrativos

O Reitor da Universidade Federal do Ceará (UFC), Jesualdo Farias, por meio da Portaria nº 2.193, de 27 de junho de 2014, criou um Grupo de Apoio ao Reitor para Avaliação de Unidades Organizacionais com Dinâmica de Serviço Especial. O grupo é composto por representantes da Administração Superior, das Unidades Acadêmicas, das Unidades Administrativas e do SINTUFCE. Os coordenadores Gerais do sindicato José Raimundo e Telma Araújo serão os representantes dos técnico-administrativos da UFC na comissão.

A medida veio em resposta à demanda dos servidores apresentada pelo SINTUFCE, em reuniões e por meio de ofícios, por turnos contínuos, com jornada de trabalho de 30 horas para TODOS OS TRABALHADORES, sem redução salarial, para manter a universidade aberta nos três turnos. Conforme consta no Ofício nº 336/2014, enviado ao SINTUFCE pelo Reitor da UFC, o Grupo de Apoio avaliará esse ponto da pauta local de reivindicações da categoria.

A Reitoria também criou uma comissão multiprofissional específica do Complexo Hospitalar da UFC, que já está se reunindo, para avaliar e definir as situações de trabalho vigentes no local e verificar quais setores são contemplados pela Lei 8.112/90 e os Decretos 1.590/95, 1.867/96 e 4.836/2003 (30 HORAS). A coordenadora Geral do SINTUFCE, Keila Camelo, compõe a comissão, sendo a voz dos servidores no grupo.

O Ofício nº 336/2014 também contém respostas da Reitoria a outras pautas da greve de 2014. Sobre a “Continuidade na oferta dos cursos de graduação (Tecnólogo), especialização (GUNI) e mestrado (Poleduc) para os servidores técnico-administrativos em educação da UFC/UFCA”, o reitor Jesualdo Farias se propôs a constituir o Grupo de Trabalho para Qualificação e Desenvolvimento dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação da UFC, conforme Portaria nº 2.082, de 18 de junho de 2014. Entre os componentes, as diretoras de Educação e Cultura do SINTUFCE, Adeli Moreira e Heveline Ribeiro. Segundo o Reitor, “o Plano de Desenvolvimento e Capacitação da UFC aprovado no início do ano prevê investimento de cerca de um milhão de reais”.

Quanto à criação de doutorado para os servidores técnico-administrativos em educação da UFC, o Reitor respondeu já ter enviado ofício recomendando ao Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação “que trabalhe junto à coordenação do Poleduc para a elaboração da proposta de criação do Doutorado a ser submetida à CAPES em 2015”.

Cessão de servidores da UFC à Ebserh pauta Assembleia Setorial no Porangabuçu

A cessão de servidores da Universidade Federal do Ceará (UFC) para a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) pautou a Assembleia Setorial realizada pelo SINTUFCE no último dia 1 de julho pela manhã. Cerca de 100 servidores lotados no Complexo Hospitalar compareceram e esclareceram suas dúvidas, na sala C da Faculdade de Medicina.

O assessor jurídico do SINTUFCE Dr. Clóvis Renato apresentou o contrato da universidade com a Ebserh e explicou a interpretação defendida pelo SINTUFCE sobre questões como carga horária, salário, horas extras, avaliação de desempenho, entre outros pontos que afligem os técnico-administrativos que serão cedidos pela UFC à empresa.

Segundo Keila Camelo, coordenadora Geral do SINTUFCE, “criamos esse momento para explicar ao servidor quais os seus direitos e ajudá-lo a compreender o que acontecerá com a chegada da Ebserh, tendo em vista que a empresa ainda não prestou esclarecimentos para as principais questões apresentadas pelos servidores. Além disso, viemos deixar claro que o SINTUFCE estará vigilante, em defesa dos servidores, e brigaremos pelas conquistas e qualidade de vida dos trabalhadores da UFC”.

A Ebserh está avançando rapidamente nas universidades. Atualmente, dos 47 hospitais universitários federais existentes no Brasil, 23 assinaram contrato com a empresa. O advogado Clóvis Renato explicou que o SINTUFCE continuará defendendo a inconstitucionalidade da Ebserh para atuação na saúde pública e aguardando o posicionamento final do Supremo Tribunal Federal (STF). Uma Ação Direta de Inconstitucionalidade foi ajuizada pelo procurador-geral da República, Roberto Gurgel, no STF. “O serviço público é prestado pela Administração Pública”, explicou o advogado Clóvis Renato. O argumento é um dos defendidos por Gurgel, que alega que a lei viola dispositivos constitucionais ao atribuir à EBSEH a prestação de um serviço público.

O momento, no entanto, é de estar ciente sobre o que poderá mudar e como se proteger, com base nas leis e decretos, jurisprudências e contrato firmado entre a universidade e a empresa.

Questionamentos apresentados

O advogado Clóvis Renato citou o Decreto 4.050/2001, a Lei nº 12.550 (Art. 7º) e a Lei 8.112 (Art. 93º) para explicar que, “caso o STF entenda que a Ebserh é constitucional ao final”, a cessão é legal e assegura aos servidores que ela não implica em saída do serviço público. “Com a Ebserh, nada muda a res-

peito das formas de alguém sair do serviço público. Você não vai sair da Administração (após ser cedido), porque não pode”, disse. As únicas formas continuam sendo “a morte, a aposentaria, o pedido de exoneração e a demissão por punição após processo administrativo”.

O cargo do servidor também não muda com a cessão deste à Ebserh, conforme o Art. 1º, inciso II, do Decreto 4.050/2001. “O contrato com a Ebserh é de 20 anos. Clóvis explicou ainda que as cessões ocorrerão por meio de Portaria do Reitor e que haverá a manutenção do Regime Jurídico dos servidores em todas as hipóteses. Além disso, esclareceu que o pagamento ao servidor continuará sendo feito direto pela universidade, “uma vez que o artigo da Lei da Ebserh que impunha ônus para a empresa (cessionária – que recebe o servidor) foi vetado”.

O advogado também citou a possibilidade de opção pelos servidores cedidos da melhor remuneração, “independente de reposição de valores a maior pela Administração Pública ou pela Ebserh”. Clóvis mencionou o Art. 93, § 2º, da Lei 8.112/90, que diz: “Na hipótese de o servidor cedido à empresa pública ou sociedade de economia mista, nos termos das respectivas normas, optar pela remuneração do cargo efetivo, a entidade cessionária efetuará o reembolso das despesas realizadas pelo órgão ou entidade de origem”. O advogado também fundamentou o direito com base no art. 5º e art. 39, § 1º, I, da Constituição de 1988, além do art. 5º da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que diz o seguinte: “A todo trabalho de igual valor corresponderá salário igual, sem distinção de sexo”.

Clóvis informou ainda que as Comissões de Desempenho dos servidores cedidos deverão ser compostas por servidores efetivos da Universidade Federal. “Os servidores cedidos serão geridos pela Diretoria de Gestão de Pessoas da Ebserh (art. 44 do Regimento Interno da EBSEH), mas está nas atribuições da Ebserh apenas encaminhar (a avaliação) à Universidade”, explicou.

O assessor jurídico esclareceu também que a Ebserh tornará públicas as suas decisões por meio de Boletins de Serviço e, conforme o caso, diretamente ao servidor interessado, e que os servidores cedidos poderão participar de capacitações com ônus total, limitado ou sem ônus para a EBSEH, “as quais poderão ocorrer no exterior - estas, também, com autorização do Reitor, mas todas as capacitações dependerão, antes de sua execução, de submissão à gestão de pessoas da Ebserh para fins de acompanhamento e registro”.

“**O momento é de estar ciente sobre o que poderá mudar e como se proteger.**”

O relato da experiência de um TA da Unilab

A insensibilidade contextual e a opressão: as consequências de um modelo de gestão baseado nos resultados quantitativos, no tecnicismo e na burocracia.

Início de trabalho depois de três meses de greve por melhores condições de trabalho.

Não há retorno para casa para o mísero servidor que, com seu salário bojudado, não pode comprar um carro próprio. Não há onde se hospedar na cidade de menos de 30 mil habitantes.

A pousada fecha as portas cedo. Dormir de favor na casa de alguém? Talvez. Mas e se eu não quiser? Estarei errando? Sendo orgulhoso ou apenas revoltado porque me é negado o direito de dormir sob o teto do barraco de minha família?

Apontem-me o dedo à vontade. Eu deixo.

Hoje, cheguei em casa, do trabalho, às duas da madrugada.

E teria, não pela primeira vez, passado a noite no local de trabalho, ou pior, do lado de fora do local de trabalho, ao relento, se não fosse o fato de um professor ter sido também deixado a mercê do, ou da falta de, transporte público. Ele contratou um táxi de Fortaleza e pagou um quantia com certeza absurda pra voltar pra casa. Me concedeu uma carona.

Eu me pergunto: estou errado quando penso que o empregador não pode exigir do empregado o cumprimento de uma jornada de trabalho que vai até às 22h30min, quando sabe que não há transporte para esse empregado retornar ao seu lar? Isso é realmente correto?

Errado estou eu ao pensar que o empregador não pode, mesmo que circunstancialmente, exigir do empregado transporte próprio?

Estou errado quando não quero dar crédito ao argumento que diz que o servidor da Unilab sabia das condições de trabalho e que, portanto, tem de empurrá-las goela abaixo?

Errado estou eu, se reclamo da FALTA de transporte público? Olha que nem estou falando das lotações, dos atrasos, da imprudência na avenida! Imagina! Quem disse que sou tão exigente pra querer que isso mude! Só quero que me respeitem. Ainda que minha contribuição para a Unilab seja pequeníssima. Ainda que minhas atribuições se resumam quase que a atividades operacionais, de simples execução.

Tudo bem. Eu vim pra Unilab porque quis. Tinha um plano lindo: ensinar o Esperanto. Num ambiente tão internacional como a Unilab, o Esperanto encontra terreno fértil. Até comecei. Criei um blogue (www.esperantounilab.net), comprei alguns livros (como o que se vê na imagem abaixo. É um livro que esboça a história do Esperanto na África. Por ironia do destino, só chegou hoje, quatro meses depois que comprei. aff) e ensinei no pátio porque, para projetos não-oficiais, não havia sala. Uma só pessoa se tornou fluente, é verdade. Mas fiquei feliz. Idealistas costumam crer que o amanhã trará frutos melhores.

Pena que idealistas também se desiludem.

Tudo bem. Eu não nasci em um berço de ouro. Desde os 15 anos, precisei e continuo a precisar de uma atividade remunerada.

Mas, de ti, instituição que maltrata o trabalhador, como se pode não desejar não mais precisar?

Paulo Silas Rodrigues Sena

Fonte: <http://taeunilab.blogspot>

Comissão das 30 horas] avança nos trabalhos para a implantação da nova jornada dos servidores da Saúde

O TEMPO DE ESPERA CHEGOU AO FIM! AS 30 HORAS JÁ SÃO UMA VITÓRIA DOS TRABALHADORES NA UFC!



“As 30 horas já são um fato no Complexo Hospitalar e vamos lutar para os demais setores da universidade também serem contemplados”, informou a coordenadora Geral do SINTUFCE Keila Camelo aos servidores presentes à Assembleia Setorial realizada no último dia 16 de julho, no Porangabuçu. Keila integra a comissão multiprofissional específica do Complexo Hospitalar da UFC, sendo a voz dos servidores no grupo, que verificará quais setores no HUWC e MEAC são contemplados pela Lei 8.112/90 e os Decretos 1.590/95, 1.867/96 e 4.836/2003, que estabelecem critérios para a implantação das 30 horas.

A comissão das 30 horas do Complexo Hospitalar já realizou quatro reuniões, com a participação de diretores; da gerente de Enfermagem, Dra. Rita Paiva; e do superintendente do Complexo Hospitalar, Luciano Bezerra, e já está avançada nos trabalhos. Segundo Keila, os trabalhos do grupo estão na fase de implementação de escalas-modelo na Assistência, Farmácia, Ambulatório, setores administrativos, dentre outros. “Todas as chefias foram comunicadas a fazerem as escalas. A partir desse retorno, vamos ver se as escalas estão fechando ou se há algum furo”, disse. Keila também explicou que “o SINTUFCE está brigando para que os setores de atendimento ao público, onde há turnos contínuos, também sejam contemplados. O pessoal de nível de apoio, lotado na lavanderia e serviços gerais, por exemplo, também poderá dar as 30 horas se trabalhar em turnos contínuos”.

A conquista virá, inclusive, sem redução salarial. A coordenadora explicou que, aqueles servidores que reduziram suas cargas horárias, na condição de diminuição proporcional do salário, também serão contemplados e passarão a receber seus salários integralmente, se em seus setores as 30 horas forem reconhecidas e implantadas. A previsão é a de, em meados de setembro, a nova

escala já estar organizada em todos os setores. “Já há consenso de implantação das 30 horas agora”, destacou.

“Os trabalhos da comissão já estão concluídos. Fizemos o levantamento dos setores contemplados pela legislação e do contingente de pessoas para a elaboração das escalas. O processo seguinte será a elaboração do modelo de escala para ser encaminhado para a procuradoria. Após, serão entregues ao Reitor, que fará as portarias por setores para a implementação das 30 horas”, explicou Keila.

O assessor jurídico do SINTUFCE, Dr. Clóvis Renato, apresentou um Parecer à Comissão das 30 horas fundamentando a defesa do SINTUFCE acerca dos critérios de implementação da nova jornada de trabalho, com base nas Lei 8.112/90 e os Decretos 1.590/95, 1.867/96 e 4.836/2003. Um dos pontos defendidos pelo advogado no documento foi que as Portarias do Reitor - autorizando as 30 horas - sejam feitas por setor e não individuais. Dessa forma, a conquista estará consolidada de fato no hospital, e não individualizada.

Nacional

O Dr. Clóvis esclareceu aos presentes à assembleia, ainda, que a defesa do SINTUFCE é por um Decreto próprio, um adendo ao Decreto 1.590/95 ou uma norma nacional que garanta - de vez - as 30 horas de forma generalizada. Essa conquista, atualmente, está sendo possível com negociações e pressão junto às Reitorias. Assim, além das normas por setores, a luta é também junto ao Governo Federal por uma norma nacional, “dizendo que o servidor público das Instituições de Ensino

Superior trabalha além das nove horas diárias, em três turnos, para o devido atendimento ao público”.

30 horas para todos

Por meio do Ofício nº 336/2014, o Reitor da UFC, Jesualdo Farias, já respondeu à demanda dos servidores, apresentada pelo SINTUFCE em reuniões e por meio de ofícios, por turnos contínuos, com jornada de trabalho de 30 horas para TODOS OS TRABALHADORES, sem redução salarial, para manter a universidade aberta nos três turnos.

O professor Jesualdo Farias informou a criação, por meio da Portaria nº 2.193, de 27 de junho de 2014, de um Grupo de Apoio ao Reitor para Avaliação de Unidades Organizacionais com Dinâmica de Serviço Especial. Conforme consta no Ofício nº 336/2014, o Grupo de Apoio avaliará esse ponto da pauta local de reivindicações da categoria.

O grupo é composto por representantes da Administração Superior, das Unidades Acadêmicas, das Unidades Administrativas e do SINTUFCE. Os coordenadores Gerais do sindicato José Raimundo e Telma Araújo serão os representantes dos técnico-administrativos da UFC na comissão.



Segundo Keila Camelo, “as 30 horas já são UM FATO no Complexo Hospitalar”

Luta pelas 30 horas] pautou discussões em workshop nesta segunda-feira

“**A**linhamento para a aplicação dos turnos contínuos na UFC/UNILAB”. Com esse tema, o SINTUFCE promoveu, no último dia 16 de junho, um debate sobre a luta pelas 30 horas nas Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, no auditório da Pró-Reitoria de Extensão/PREX da UFC. Os palestrantes Gibran Ramos (Coordenador Geral da FASUBRA), José Raimundo (Coordenador Geral do SINTUFCE) e Clóvis Farias (Assessoria jurídica do SINTUFCE) se revezaram, das 9h às 17h30, nas discussões, com o foco em ampliar o conhecimento dos presentes e esclarecer as eventuais dúvidas sobre o tema.

Cerca de 150 pessoas participaram do evento. Os integrantes do grupo de trabalho das 30 horas fizeram-se presentes, enriquecendo o debate. Os Aspectos históricos da luta pelas 30 horas nas IFES foram abordados, inicialmente, por Gibran Ramos. Ao explicar a conjuntura atual da luta, o Coordenador Geral da FASUBRA explicou que essa é pauta nacional, mas os avanços têm se dado nas negociações entre sindicatos/base e as Reitorias. “A correlação de forças entre base e Reitorias está sendo bem mais favorável em geral do que entre o movimento e o Governo. O governo não admite discutir isso. E como o Decreto 4.836 transfere o poder aos reitores e torna facultativo ao Reitor conceder ou não, nós vamos potencializar essas negociações”, disse.

Segundo Gibran Ramos, “mais de 20 universidades estabeleceram o processo de negociação em relação à jornada nesse greve (junto às Reitorias). E isso é uma vitória muito importante”. E complementou: “Eu acho que podemos arrancar uma grandiosíssima vitória aqui (no Ceará). Mesmo que não seja 100%, pra todo mundo, de imediato. Estabelecer as 30 horas para mais 50 por cento dos servidores nessa greve já será uma grande vitória, não só para essa categoria, mas para servir de referência para o conjunto da classe trabalhadora, tanto pro Ceará quanto pro Brasil”.

Observatório das 30 horas

À tarde, José Raimundo trouxe ao seminário o tema Observatório das 30 horas, expondo à categoria a necessidade da criação, pelo sindicato, de uma comissão permanente exclusiva para encaminhar essa demanda. “As 30 horas não estão sendo universalizadas, mas aplicadas pelo viés dos Decretos nº 4.836/2013 e nº 1.590/95. Não existe uma lei de 30 horas para todos. Por conta disso, até o momento, somente os setores com turnos contínuos podem se organizar para serem contemplados”, explicou o coordenador Geral do SINTUFCE.

Dessa forma, José Raimundo defende que outros caminhos e estratégias devem ser somados à luta, para a gradativa conquista da redução da jornada de trabalho para todos. A UFC tem desrespeitado a carga horária já conquista-

da para várias profissões, como é o caso dos assistentes sociais, que deveriam estar trabalhando 30 horas semanais - respaldados pela Lei nº 12.317, de 26 de agosto de 2010, mas não usufruem do direito por opção da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da UFC, que interpreta a Lei de uma forma diferente. E isso também deve ser fiscalizado e cobrado.

Assim, à medida em que mais setores passem a funcionar, efetivamente, em turnos contínuos (seja por causa da regulamentação profissional ou pelo Decreto nº 4.836), um efeito dominó se dará, trazendo mais setores a esse modelo de funcionamento. Isso porque “os setores da universidade estão interrelacionados. A mudança de horário em uns criará a necessidade de adequação de outros, ampliando o universo de técnico-administrativos trabalhando 30 horas para suprir o atendimento aos públicos interno e externo em três turnos”, aposta o diretor.

O Observatório das 30 horas poderá se concretizar em breve, envolvendo o sindicato e representações dos campi da UFC e Unilab, o que ainda será definido. O Observatório atuará como um fiscalizador da aplicação das 30 horas a quem tem direito; um espaço de ouvidoria para denúncias e propostas de ação; e um defensor das 30 horas para todos, à medida em que estará subsidiada de informações atualizadas sobre a realidade laboral nos setores da universidade - por meio de visitas e diálogos contínuos com os trabalhadores, e a partir de consultas a órgãos normativos que fundamentem documentalmente o trabalhador nas negociações com as Reitorias e governo. “Nós temos que tratar o movimento sindical e as questões pelas quais lutamos de uma forma diferente. É com diálogo e inteligência que avançaremos em muitas questões. Essa é a proposta!”.

Assistentes sociais da UFC, Unilab e UFCA



O SINTUFCE realizou, no último dia 21 de julho, uma reunião, na sede do sindicato, com os técnico-administrativos da Universidade Federal do Ceará (UFC) que exercem a função de Assistentes Sociais para tratar da luta desses profissionais pela jornada semanal de trabalho de 30 horas. O direito está previsto na Lei Federal 8.662/1993, que estabelece as competências e atribuições desses trabalhadores, mas vem sendo desrespeitado pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (Progep) da UFC. Os assistentes sociais da UFC presentes ao encontro, na sede do sindicato, deliberaram por uma ação judicial, que será ingressada pelo SINTUFCE contra UFC, para a plena aplicação do que diz a Lei Federal 8.662/93.

Todos os assistentes sociais interessados deverão encaminhar-se ao sindicato, deixar cópia do CPF, endereço e nome completo. “A ação está pronta e foi lida com sugestões dos presentes, já estando autorizado o protocolo na Justiça Federal”, explicou o Dr. Clóvis. O servidor que não for filiado ao SINTUFCE também deverá solicitar sua inclusão no processo.



Quem nos representa?

O futuro que queremos: nem o passado como era, nem o presente como está.

Quando criança, ouvir histórias à noite era mais que interação, porque tinha inclinações de memorialista. Temas que tratassem sobre casos de injustiça era o meu hobby, guardava pra contar aos meus amigos e professores. Todas as coisas escritas nos tempos de outrora serviram para nossa instrução, se boas para que tivéssemos esperança, se ruins, para servir de alerta.

Quando o Partido dos Trabalhadores (PT) se configurou como o maior instrumento de oposição contra a exploração burguesa, e defensor da classe trabalhadora, éramos apaixonados pela política. Contudo, Lula, o grande líder, ascende ao poder deixando todos na expectativa de que o Brasil se tornaria um país melhor. Ledo engano! Lula inicia o seu governo aprovando a reforma previdenciária, pasmem, atingindo o mais sagrado de uma classe que mais ajudou a construir o PT - os servidores públicos.

Essa dita reforma continua provocando sérias conseqüências aos servidores que tem 35 anos ou mais de contribuição, e ainda não se aposentaram. Hoje, entendo a indignação do companheiro Edivaldo (que não mais se encontra entre nós) que, solitariamente, se manifestou colocando um adesivo em seu veículo: "PT NUNCA MAIS". Interessante que o PT e seu Braço Sindical - a Central Única dos Trabalhadores (CUT), quando oposição, resistiam a projetos que retirassem direitos. Vale lembrar, ainda, que, tal reforma acabou também com a aposentadoria proporcional, coisa que o governo FHC, o pior Caifás, não fez,

As atitudes persecutórias do governo Lula/Dilma são muito parecidas com as do Rei Faraó do Egito, considerado um deus na Terra. O povo se tornou livre do regime es-

cravagista de Faraó após Deus enviar pragas de toda espécie, vindo assim afetar os seus interesses. Os governos petistas também enfrentam pragas do tipo: crescimento da violência, caos na saúde, educação, segurança pública em crise, corrupção de mensaleiros, o famoso pré-sal etc. Apesar do aumento dos males tomarem conta de todo o país, Dilma e seus aliados não recuam de perseguirem o povo, e se negam a atender suas reivindicações. Pra piorar, atacam o direito de greve, com medidas sem fundamentação jurídica, e aumentam a repressão contra aqueles que ousam se manifestar. Assim sendo, o povo ficou com medo de sair às ruas ao ver pessoas mutiladas pelas bombas, o gás paralisante e golpes de cassetes. Ainda dá pra acreditar que o PT governa para os trabalhadores?

A posição estava dividida na última Eleição do SINTUFCE, no entanto, após sua derrota eleitoral, se aglomeram em um único grupo cognominado "Somos Todos Fasubra". Eles tentam sarar superficialmente a categoria com mais outro bordão que não mais funciona: "A CUT somos nós, nossa força e nossa voz". Caro servidor, você sabe o quanto a CUT recebe mensalmente do SINTUFCE para não nos representar efetivamente? Isto precisa ser exposto à luz. Não estou querendo aviltar quem é petista ou pertencente a outra corrente. Toda pessoa tem o direito de expressar sua posição política de forma livre. Estou apenas querendo lembrar as ações perniciosas que a Reforma Previdenciária do PT vem causando a todos nós, diga-se de passagem, com o aval da CUT, que não se mexeu para impedir a sua aprovação.



Sebastião Ramos, assistente em Administração da Universidade Federal do Ceará (UFC), fundador e presidente da Associação Brasileira de Apoio a Vítimas de Preconceito Religioso (Abravipre)

Os conflitos de interesse políticos provocam intervenções desnecessárias e desestimulam a maioria dos servidores a não mais comparecerem às assembleias. Contudo, nossa participação nos fóruns é de fundamental importância para que possamos conhecer o posicionamento de todos aqueles em quem depositamos um voto de confiança. Afinal, decisões importantes sobre nossa vida funcional são discutidas e aprovadas para serem referendadas em Brasília.

No final de seu governo, Lula também não se esqueceu de aplicar mais um golpe, em particular contra os servidores lotados nos Hospitais Universitários e, em tabela, a uma população beneficiária do serviço público de saúde destes hospitais, através da medida provisória nº 520 que instituiu a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH.

Não nos enganemos com falsos raciocínios. O PT e a CUT não nos representam mais. Nós servidores só temos uma saída: retornarmos as assembleias, o fórum legítimo onde se pode discutir outro caminho, que proporcione o atendimento de nossas reivindicações. A situação é grave! Não temos uma data base que reponha pelo menos a inflação. O piso salarial e o vale alimentação que recebemos são os menores do país. O nosso salário parece que está caindo num saco furado. "Não dá pra confiar mais, pois a história do passado diz tudo". Basta de "acordos fracassados"!

Planejamento altera regra para concessão de aposentadoria especial a servidores

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão orientou os órgãos do sistema de pessoal civil da administração pública federal a dispensar ordem judicial para análise dos pedidos de aposentadoria especial de servidores públicos. O órgão decidiu se adequar à Súmula Vinculante nº 33, publicada em abril deste ano pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

A aposentadoria especial é um benefício do Regime Geral de Previdência Social, que se aplica principalmente à iniciativa privada. Ele é concedido a quem tenha trabalhado em condições prejudiciais à saúde ou à integridade física. Segundo a assessoria de

comunicação do Planejamento, em geral, servidores públicos e sindicatos representativos da categoria recorriam a mandados de injunção para pleiteá-lo.

Ainda de acordo com a assessoria, a dispensa de manifestação judicial não significa que a aprovação do benefício será automática. Uma orientação normativa publicada no Diário Oficial da União estabelece regras para a análise dos pedidos e concessão do benefício.

A decisão foi publicada ontem (23), mas o Ministério do Planejamento divulgou nota a respeito somente hoje (24). De acordo com o texto, "a observância direta da Lei nº

8.213/91 [que rege os planos de benefícios da Previdência Social] irá desburocratizar a obtenção do benefício".

Segundo Josemilton Costa, secretário-geral da Confederação dos Trabalhadores do Serviço Público Federal (Condsef), a orientação aos órgãos públicos não é suficiente. "Isso é um avanço, mas precisamos regulamentar em lei a aposentadoria especial do servidor público federal", disse. Segundo ele, a concessão do benefício ao servidor público está prevista na Constituição Federal.

Fonte: Agência Brasil

Curso Pré-Enem do SINTUFCE] inicia preparatório Intensivo para o Enem 2014

O cursinho oferta uma equipe qualificada de professores, plantão tira-dúvidas, laboratório de Redação, aulas e simulados.



Foto: Thiago Gaspar

O Curso Pré-Enem do SINTUFCE é gerenciado pelas coordenadoras de Educação e Cultura do SINTUFCE, Heveline Ribeiro e Adeli Moreira

O Curso Pré-Enem do SINTUFCE iniciou, neste mês de julho, o Preparatório Intensivo para o Enem 2014. O Cursinho oferta aos alunos uma equipe qualificada de professores, plantão tira-dúvidas, laboratório de Redação, aulas, simulados e material especialmente elaborado para prepará-los para o Enem.



Lorena Martins, 18 anos, é estudante do Curso Pré-Enem do SINTUFCE e conta ter vindo por indicação de uma amiga e uma prima, que já estudaram no Cursinho. "Aqui o método é bem interessante, abrange a resolução de questões, revisões, os professores são muito legais e o preço é acessível", explicou. Lorena disse estar empolgada com os estudos, porque sonha em cursar Publicidade na UFC. A maior dificuldade dela é com Matemática, mas a estudante conta que "a professora é super dinâmica e dá muitas dicas, e isso é o mais importante!".



Já Maria Cristina Balmaceda, 59 anos, é esposa de servidor e conta que está no cursinho desde o último mês de janeiro. Ela tentará, pela primeira vez, conquistar uma vaga no curso de Gastronomia da UFC. "Faz tempo que não estudo, e para mim esta sendo muito bom, estou aprendendo coisas novas, me atualizando. Nossos professores são muito bons, amam ensinar, e o fazem de uma forma que a gente entende", conta.

A aluna Thaís Cunha Araújo, 20 anos, é neta da servidora Maria José da Cunha Lima, aposentada da UFC. Thaís quer estu-



dar Design de Moda na universidade. Ela explica que escolheu o Cursinho do SINTUFCE por ser "maravilhosa a didática dos professores. Eles têm uma abordagem que a gente não vê nas escolas. Muito boa a direção, a coordenação, os professores, as apostilas".

Segundo a estudante, o método que aprendeu no cursinho foi o de "prestar atenção na sala de aula, fazer uma revisão em casa com vídeos-aulas e livros, fazer um resumo da aula do dia e resolver questões". Ela conta que estuda no dia o que foi dado na sala de aula. "Demoro mais que quatro horas estudando, porque me empolgo com a matéria", explicou. O sonho de Thaís é ter um ateliê próprio. O plano, explicou, é "passar no enem, estudar uma língua estrangeira e, depois, ir estudar fora do país".

O professor de Linguagem e Códigos (Literatura, Redação e Língua Portuguesa)

Teófilo Leite Beviláqua, um dos mais antigos e queridos no cursinho, conta que "os alunos tem um interesse muito grande. Eles vêm aos laboratórios, participam do espaço tira-dúvidas, e nós usamos uma linguagem que eles gostam e se identificam. Eles ficam muito atentos durante as aulas, sabem que é importante que escutem as explicações. E, nesse processo, nossa estratégia é levar a disciplina para o contexto de vida deles, fazendo eles entenderem a importância daquilo para a vida deles, com exemplos do cotidiano".

Os interessados em estudar no Curso Pré-Enem do SINTUFCE podem realizar a matrícula na secretaria do Cursinho, na sede do SINTUFCE, localizado na Rua Waldery Uchôa, no 50, Benfica (em frente à Praça da

Gentilândia). Será necessário apresentar o RG, CPF, comprovante de endereço e de pagamento da matrícula e uma resma de papel A4.

O investimento é de R\$ 130,00 para turmas do turno da manhã, R\$ 110,00 para tarde e R\$ 100,00 para turma do turno da noite (Extensivo). O preparatório é gratuito para servidores filiados e há descontos especiais para seus dependentes diretos.

Informações: 3052.3660/61.

DICA DO PROFESSOR

"A prova de Linguagens é, basicamente, prova de leitura. Quem tem o hábito de ler terá mais poder de compreensão e de escrita. A dica é o aluno fazer da leitura dos diversos tipos de texto um hábito. É importante a leitura, desde a revista em quadrinhos até as notícias internacionais, sempre com o olhar crítico, procurando compreender os acontecimentos e se posicionando sobre eles. Aqui no cursinho, sempre propomos isso aos alunos e fazemos debates em sala. É muito produtivo!"



"O perfil básico do aluno com mais possibilidades de sucesso é o que faz do cursinho um meio para resolver as suas deficiências, que tem participação, que não falta, faz exercícios, traz as dúvidas de casa, estuda o conteúdo antes, tem foco e alvo bem definidos."

Teófilo Leite Beviláqua
Professor de Linguagem e Códigos
(Literatura, Redação e Língua Portuguesa)

Arraiá das 30 horas] na Casa de José de Alencar marca vitória local da categoria no Ceará

A festa uniu a celebração de uma conquista histórica dos trabalhadores, a prática da solidariedade e a oportunidade de reencontros

Foto: Arlindo Barreto



“**E**ssa foi a melhor festa que participei este ano. Está ótima! Eu vim comemorar as 30 horas e, quando estiverem implantadas, vou comemorar mais ainda. Quem não veio à festa perdeu momentos maravilhosos. Parabéns à diretoria!”. Assim foi definido o Arraiá da 30 Horas pela servidora Mazé Botelho, que trabalha no ambulatório de adolescentes da Meac. A festa, realizada no último dia 3 de julho, reuniu cerca de 1.500 servidores e convidados na Casa de José de Alencar, parceira na promoção da confraternização.

“É com imensa satisfação que nós, da Casa de José de Alencar, recebemos todos os servidores técnicos, familiares, amigos, para esta festa que, além de ser uma confraternização, foi um momento de solidariedade e uma maneira de unificar a categoria. Um número bem representativo de servidores compareceu, pessoas que há alguns anos não se viam e, agora, estão aqui, nesse momento de encontros e reencontros”, explicou Frederico Pontes, servidor técnico-administrativo da UFC, diretor da Casa de José de Alencar.

O Coral Vozes do SINTUFCE foi a primeira atração do Arraiá das 30 horas, seguido das bandas Chapéu de Couro e Forró de Cabo a Rabo. A programação agradou aos presentes, que responderam com muita dança, sorrisos e alegria. “Organização, atrações muito boas. E eu gostei do tema ter sido as 30 horas, porque fortalece mais a nossa luta, e eu espero que essa conquista abranja cada vez mais servidores”, relatou o servidor Érico Dias, que trabalha na Progep da UFC.

A festa também foi uma oportunidade para os servidores, amigos e familiares



Arraiá das 30 horas

praticarem a solidariedade. A ideia de todos contribuírem com 1kg de alimento não-perecível e 1 lata de leite, doados ao Centro de Convivência e Creche Madre Regina, foi abraçada. A instituição atende pessoas portadoras e filhos de portadores do vírus HIV. "Achei a iniciativa perfeita! Se todos fizessem isso nas festas que realizam, ajudariam muita gente!", disse Mônica Sibely, acompanhada de Lígia Soares, amigas de servidores da universidade. "A festa está ótima, está com certeza aprovada e, no próximo ano, tem que ter de novo e do mesmo jeito!", destacou José Lúcio Tabosa, aposentado da UFC.



A coordenadora de Educação e Cultura do SINTUFCE, **Heveline Ribeiro**, explica que a proposta da festa foi a de proporcionar "acolhimento, fraternidade e um ambiente em que as pessoas se sintam bem para celebrar". E complementou que o Arraiá marca uma nova fase para o SINTUFCE, com o trabalho de uma nova gestão. "A nossa expectativa é a de trazer a novidade, a harmonia, a criatividade, projetos novos e que visem a qualidade de vida do servidor, no seu ambiente de trabalho e também fora dele. Projetos de capacitação, programas focados nas pessoas aposentadas, além de iniciativas que atraiam os novos servidores, para que eles possam perceber um novo sindicato, com uma nova visão", explicou.

José Raimundo, coordenador Geral do SINTUFCE
"A gestão atual está se esforçando em todos os sentidos para mostrar ao servidor uma nova postura, uma nova maneira de se fazer política. A conquista das 30 horas foi um fato muito importante, porque já vinha se arrastando há décadas. O movimento sindical sempre reivindicava, em nível local e federal, a conquista das 30 horas e, hoje, nós conquistamos e, por isso, instituímos como o forró das 30 horas, como um marco de uma conquista muito grande."

Keila Camelo, coordenadora Geral do SINTUFCE
"Nós estamos aqui celebrando a garra

Frederico Pontes, diretor da Casa de José de Alencar.
"Pelo que eu conheço das pessoas que hoje estão na diretoria do SINTUFCE, eu



Henry Campos, vice-reitor da UFC



Paulo Roberto, técnico-administrativo do campus da UFC em Sobral



construção de algo novo. Eu acho que a gente tá vendo o comprometimento da diretoria em fazer uma coisa pros técnicos e em trabalhar em prol da comunidade universitária."



"Repertório das bandas excelente! Galera da Unilab sempre muito divertida! Nossos convidados também gostaram do arraiá do SINTUFCE. Arraiá muito bom!", relatou a servidora da Unilab Gesyanne Keila Teixeira.

Eglacir Monteiro, Enfermeira no HUWC
"A festa está uma coisa imperdível, e vem em um momento importante. Nós precisamos de algo para nos divertir, dançar e ser feliz!"

Jurídico

Nova assessoria jurídica do SINTUFCE trabalha para vitórias individuais e coletivas para a categoria



Advogado Clóvis Renato (à esq.) em reunião sobre as 30 horas, no Centro de Humanidades da UFC, no último dia 30 de abril, com a presença de servidores de vários setores da universidade

As conquistas dos trabalhadores são decorrentes da unidade da categoria, de protestos com adesão geral, das discussões políticas para conscientização dos trabalhadores e sociedade sobre as lutas e também com embates travados no judiciário, que vem criminalizando os movimentos paradedistas, indiscriminadamente. A nova gestão do SINTUFCE - Vamos à Luta com Ética e Transparência - atenta aos desafios postos, trouxe para a luta um reforço valioso: os advogados Clóvis Renato Costa Farias e Thiago Pinheiro de Azevedo, que compõem, agora, a equipe técnica do sindicato para atuação em causas sindicais. "O SINTUFCE está se especializando para melhor servir o servidor", explicou Clóvis Renato.

Os profissionais estão contribuindo, desde o último mês de abril, em negociações locais e nacionais, ministrando palestras aos servidores, defendendo os trabalhadores de possíveis retaliações do governo a manifestações e representando os servidores nos passivos trabalhistas coletivos da categoria. Já nas causas Cível, de Família e Consumidor, os servidores filiados e seus familiares (pais, filhos e cônjuges dos associados) contam com a assessoria das advogadas Ana Tarna dos Santos Mendes e Dayse do Vale, que já estão atendendo diariamente na sede do SINTUFCE.

Segundo o coordenador de Assuntos Jurídicos, Carreira e Relações de Trabalho, Admir Ferreira, o diferencial da nova assessoria é o atendimento humanizado e comprometido com o resultado. "É evidente nessa nova equipe o interesse e empenho em resolver as causas que chegam até eles. Não recebemos reclamações, somente elogios dos servidores atendidos. Nós só temos o que parabenizar a essa nova equipe", explicou.

Somente no meses de maio e junho de 2014, o departamento jurídico do SINTUFCE já realizou 239 atendimentos aos filiados, atendendo a casos de direitos a indenizações, usucapião, inventários, defesas administrativas, ações de reparações por danos morais e materiais, pensões por morte, consultas jurídicas, solicitações de substabelecimento, conciliações, divórcios, questões trabalhistas, petições, entre outras demandas.

Os advogados realizam atendimento in-

dividual - apenas um servidor, por vez, é atendido na sala do jurídico - e por ordem de chegada. Para consultas aos advogados, é necessário que o servidor compareça à sede do sindicato. "Nós percebemos um desconhecimento do servidor com relação aos serviços oferecidos pelo jurídico. Então, nós convidamos os servidores a comparecerem ao setor para tirar qualquer dúvida jurídica, conhecer o atendimento e saber como podemos ajudá-los", convidou a advogada Ana Tarna.

Substabelecimento

Por razão da mudança no quadro de advogados do SINTUFCE, que ocorreu pelo fim do contrato com a assessoria jurídica junto ao Escritório Aragão e Pessoa Advogados Associados, os filiados interessados em pedir o substabelecimento devem dirigir-se à sede do sindicato. Esse documento é necessário para que os novos advogados contratados possam atuar nos processos. Esse servidores deverão informar à nova equipe de advogados a numeração do processo e da Vara na qual o mesmo esteja tramitando.

ESCRITÓRIO DO DR. VALENTIM



Dr. Rogério em atendimento

O SINTUFCE busca, continuamente, melhorar o atendimento prestado ao servidor, dando celeridade e eficiência à resolução das demandas dos filiados. Para suprir a necessidade dos servidores em tirar dúvidas sobre os processos coletivos, o advogado Rogério, representando o escritório do Dr. Valentim, permanece atendendo na sede do SINTUFCE duas vezes por semana.

Às terças e quintas-feiras, das 10h às 12 horas, o advogado atende os servidores filiados, por ordem de chegada, na sala da Coordenação de Aposentados. O Dr. Rogério presta informações sobre processos de ativos e aposentados, sem custos adicionais aos associados.

CONHEÇA A EQUIPE DO JURÍDICO

Thiago Pinheiro Azevedo

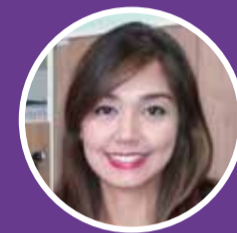
Advogado, Graduado em Direito pela Faculdade Christus (2006); Especialista em Direito do Trabalho e Previdenciário pela Faculdade Ateneu (2009) e Direito do Trabalho e Processo do Trabalho pelo Instituto Sentido Único Universidade Metodista (2011). Ministrou aulas de Direito do Trabalho e Direito das Minorias. Presidente da Comissão de Direito Sindical - OAB/CE. Ex-Membro da Coordenação de Direito Sindical do Conselho Federal da

OAB/Nacional.

Clóvis Renato Costa Farias

Advogado, Graduado em Direito pela Universidade de Fortaleza (2007); Especialista em Direito do Trabalho pela Universidade Gama Filho (RJ); Mestre em Direito Constitucional (Mestrado em Direito da UFC). Doutorando em Direito pela UFC; Professor de Direito e Processo do Trabalho, Sociologia Jurídica, Direito Constitucional, Mediação e Arbitragem, Direito Sindical. Membro da Comissão de Direito Sindical - OAB/CE.

Dayse Suyane Sampaio do Vale



Graduada em Direito pela Unichristus. Atuante em Direito Material e Processo do Trabalho, Direito Civil e Previdenciário. Atuou na Assistência Social

como Advogada da Secretaria de Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome do Município de Fortaleza. Artigos publicados em Revistas Jurídicas. Participação em diversos cursos, simpósios e congressos de aperfeiçoamento profissional.

Ana Tarna dos Santos Mendes



Advogada graduada pela Universidade de Fortaleza, pós-graduada em Direito e Processo do Trabalho, atuante nas áreas cíveis, família e relações consumeristas.

Já atuou como coordenadora jurídica. Atualmente, advogada da Caixa Beneficente dos Militares do Estado do Ceará.



Vera Lúcia Pereira Garcia. Trabalha no setor de Odontologia da Perícia Médica. Servidora da universidade há 19 anos. "Já

vim outras duas vezes e toda vez que venho sou muito bem atendida pela Dra. Ana. Ela me deu um esclarecimento maravilhoso que eu precisava e eu estou vindo hoje só para saber de uma informação. A humanização, a atenção dada ao servidor no atendimento, o esclarecimento bem detalhado e demorado. Tem tudo isso aqui. E eu gosto porque muita coisa eu não entendo nessa área jurídica e ela fala a minha linguagem!"

Atendimento

Às segundas, terças e quintas, das 8h às 12h e das 14h às 18h, com as advogadas Ana Tarna e Dayse do Vale. Às quartas, das 14h às 18h, com o advogado Thiago Pinheiro. Às quartas pela manhã e às sextas, não há atendimento ao público, somente trabalho interno.